

O 18 DE MAIO COMO ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO *MAY 18TH AS A SPACE FOR RESEARCH AND TRAINING*

Angela Maria Dias Fernandes e Emanuella Cajado Joca
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil

Resumo

Um coletivo em formação na área da Psicologia. A Instalação 18 de maio no campus de uma Universidade Pública. A Análise Institucional como temática de uma disciplina de teorias e técnicas de pesquisa em Psicologia. Esses três elementos construíram um campo onde as técnicas do Teatro do Oprimido e a construção conceitual das palavras geradoras, de Paulo Freire, problematizaram a produção da loucura a partir de uma pesquisa/intervenção. O trabalho aqui apresentado, que aborda questões-limite da desinstitucionalização da loucura, possibilitou perceber como a sociedade construiu um espaço institucionalizado da doença mental que ultrapassa os muros dos manicômios formando subjetividades. A experiência com estudantes de Psicologia proporcionou um momento de formação profissional dialógico e de reflexão crítica das práticas sociais com os sujeitos encarcerados como ‘desviantes da ordem’, e, facilitou o aprendizado do manejo da teoria e das ferramentas da Análise Institucional, reafirmando uma importante perspectiva técnica de intervenção social.

Palavras-chave: luta antimanicomial; análise institucional; formação profissional; teatro do oprimido.

Abstract

A collective training in psychology. Setup May 18 on a campus of a public university. The theme of institutional analysis as a discipline of theories and research techniques in psychology. These three elements have built a field where the techniques of Theatre of the Oppressed and the conceptual construction of generative words, by Paulo Freire, problematized the production of madness from a research / intervention. The paper presented here, addressing the limits of madness deinstitutionalization, allowed to see how the society built an institutionalized space of the mental illness that goes beyond the walls of mental institutions forming subjectivities. The experience with students of psychology provided a moment of dialogic training and critical reflection on social practices with incarcerated persons as “deviants from the order”, and facilitated the learning of theory and tools of institutional analysis application, confirming a major technical perspective of social intervention.

Keywords: anti-mental institution; institutional analysis; academic graduation; theatre of the oppressed.

A experiência posta em análise neste texto foi realizada como atividade da disciplina Teorias e Técnicas de Pesquisa em Psicologia I – TTP I, ministrada no Curso de Psicologia de uma universidade federal, no módulo destinado à pesquisa qualitativa, dedicado, especificamente, às técnicas de investigação propostas pela Análise Institucional - AI. Para isso, foi realizada uma atividade de campo, com o objetivo de proporcionar uma maior compreensão dos conceitos principais assumidos por seu formulador, René Lourau, como ferramentas de intervenção socioanalítica. As técnicas do Teatro do Oprimido, de Augusto Boal, e a constituição do universo vocabular, a partir de palavras geradoras e inspiradas em Paulo Freire, foram utilizadas como facilitadoras da proposta.

Participaram da atividade vinte alunos, inscritos na disciplina, os quais, depois de manterem contato com o

suporte teórico da Análise Institucional, envolveram-se com a pesquisa/intervenção, como atores sociais, vivenciando uma proposta de investigação que foi intitulada Reflexões sobre a relação entre sociedade e loucura.

A perspectiva da formação aqui presente se inscreve como proposição crítica em nome de uma política de construção do conhecimento. Parte da necessidade de instrumentalização do aluno alicerçada em uma proposta metodológica que estabeleça indagações sobre o lugar do sujeito reconhecido como produto e produtor de sua história (Gallo, 2008). Na aula-oficina analisada, a investigação da produção da loucura na sociedade se articula com a formação social do estudante de psicologia na perspectiva de identificação do caráter político e social do processo de construir conhecimento. O 18 de maio, tomado como espaço de luta, serve de campo

de investigação no qual a socioanálise será apresentada como fruto de intervenção sobre as teorias e técnicas de pesquisa em psicologia, contribuindo na construção de uma proposta de formação em psicologia que envolva novos sujeitos e novas práticas.

Por uma sociedade sem manicômios

O que são manicômios? Como a sociedade os inventou e por que, agora, queremos destruí-los? Manicômios, asilos e hospitais psiquiátricos são espaços construídos para pessoas, ditas por autoridades médicas, doentes da mente. Como lugares histórico-culturais, os manicômios datam da modernidade, um período marcado pelo movimento de institucionalização da loucura, advinda de mudanças paradigmáticas respaldadas pelo método científico de investigação/construção da realidade.

A ascensão do aparato científico criou verdades difíceis de serem questionadas, e várias concepções em torno do aceitável e do rejeitável foram fortalecendo-se nesse contexto. A psiquiatria, como um importante campo de práticas sociais, respaldada pelo poder governamental, engendrou saberes sobre aquele sujeito que se comportava de forma não racional, travando com outro sujeito, o da loucura, uma relação de sujeito/objeto.

A família dos doentes mentais - ou os fora da ordem - incentivou a prática manicomial, que prometia a cura ou, pelo menos, a tutela, o que poderia ser de grande alívio para aqueles que conviviam com os que eram vistos como diferentes dos demais. A visão do homem racional rechaçou fortemente a expressão do diferente. O que se pode notar nesse período é o poder da Ciência como capaz de enclausurar e subjugar o ser humano que ela afirmava ser irracional e, muitas vezes, torturar e assassinar tais sujeitos diagnosticados como enfermos da mente. A possibilidade de vida que fugisse à consciência moral, convencionalmente permitida pela classe dominante, foi retirada do convívio e posta ao isolamento.

O estudo de Magali Engel (2001), exposto no livro *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930), é um importante documento, que ilustra o movimento manicomial no Brasil e focaliza o comportamento social e suas transformações. A partir de fontes históricas e relatos de atores diversos, a autora indica a trilha percorrida pelo Brasil, no sentido de institucionalizar a loucura.

O movimento higienista, influenciado pelo modo de vida europeu, chegou ao Brasil e incidiu sobre a população, com ares de novos tempos, realizando uma varredura da irracionalidade.

No Brasil, na década de 1970, profissionais ligados à saúde mental iniciaram um debate com familiares e a sociedade civil colocando no centro a relação com a loucura. Segundo Lüchmann e Rodrigues (2007), al-

guns Congressos e Encontros foram organizados e, em 1987, realizaram-se a I Conferência Nacional de Saúde Mental e o II Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), em Bauru/SP. Esse evento contou com a presença de associações de usuários e familiares, como a *Loucos pela vida*, de São Paulo, e a *Sociedade de Serviços Gerais para a Integração Social pelo Trabalho* (SOSINTRA), do Rio de Janeiro, entre outras, que alargaram os círculos de debates acerca da loucura. A partir desses movimentos sociais, sugeriram outros, e as discussões seguiram em vários sentidos, reunindo atores sociais em diversas práticas em torno da loucura e de novas possibilidades terapêuticas. O dia 18 de maio é considerado o Dia Nacional da Luta Antimanicomial pela edição do Manifesto de Bauru, que seria um marco no início das transformações do lugar da loucura em nossa sociedade.

A partir da década de 1990, verifica-se a progressiva implantação do Sistema Único de Saúde, campo em que está inserida a assistência psiquiátrica pública brasileira. O processo de reestruturação da assistência foi, então, desencadeado como política oficial de governo, estimulado também por organismos internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Panamericana da Saúde (OPAS). Conforme Delgado et al. (2001), o processo de reforma psiquiátrica, com a implantação de serviços substitutivos aos manicomiais, caminhará em “direção à implantação de uma rede integrada, de base comunitária, com ofertas complexas de atenção médico-social, sob a diretriz da reabilitação psicossocial” (p.13).

As proposições construídas durante essas duas décadas, tanto pelos movimentos sociais quanto pelo Estado brasileiro, opõem-se fortemente ao modelo manicomial-asilar, visto como excludente, segregador e burocratizante. O novo projeto aponta para ações voltadas para a reinserção social e conquista da cidadania, enfatizando o contexto histórico-cultural onde vivem as pessoas que necessitam de uma assistência especializada em saúde mental.

Apesar das conquistas na área de saúde mental, alguns temas são profundos e atuam como inconscientes sociais. A força instituída da loucura formou inconscientes coletivos sobre o lugar do louco na sociedade moderna. A possibilidade de subjugar, de transformar o outro em ser inferior, aquele que não é capaz, foi massificada e naturalizada. Em sua pesquisa, Alvarenga e Dimenstein (2006) apontam para práticas a partir dos movimentos de reforma psiquiátrica, que ainda sustentam as concepções de exclusão.

A Psicologia, como área de produção do conhecimento acerca do humano, que emerge na modernidade dentro de rígidos parâmetros científicos, anteriormente comentados, acumulou dívidas sociais com práticas de

homogeneização e cristalização de lugares. Por isso, é preciso discutir o lugar da loucura na sociedade. O compromisso político e social na formação do psicólogo se faz a partir das interrogações e do exercício crítico, problematizando a institucionalização da loucura.

Alinhado com este projeto de sociedade, o presente trabalho busca apresentar uma atividade de formação em Psicologia descolada da especialização normatizadora e classificatória nessa área. Insere a ação reflexiva como foco do estudo, aproximando-se do pensamento de Patto (2005), através da noção de que “educar não é só informar, muito menos treinar. Educar é ressocializar, é convidar os alunos a somarem esforços com movimentos sociais em prol da dignidade para todos” (p. 83). Na experiência a ser aqui relatada e analisada, buscou-se proporcionar um espaço dialógico para a construção de uma Psicologia compromissada com a humanização da humanidade, como diz Augusto Boal. A potencialização da luta antimanicomial na formação de estudantes de psicologia foi possível a partir da proposta metodológica que se construiu na confluência da análise institucional, do teatro do oprimido e da valorização das palavras como geradoras de afirmação temática.

Palavras e imagens como reveladoras dos processos de institucionalização

O Teatro do Oprimido (TO) é uma técnica de intervenção político-social, cujo criador foi o teatrólogo carioca, Augusto Boal. Sua perspectiva de teatro busca a transformação social, sendo atualmente praticada em vários países. Constitui-se de um sistema de exercícios físicos, técnicas de imagens e improvisações com função educativa, social e terapêutica.

Boal construiu todo um sistema teórico de referência e um suporte técnico, ao longo de sua vida, que foi sendo desenvolvido nas diversas experiências com os grupos que dirigiu. Costumava utilizar a metáfora da árvore para apresentar as várias ramificações do TO, colocando nas raízes a solidariedade e a ética, que nutrem a copa da árvore via canais de distribuição, que são as palavras, os sons e as imagens.

No centro, estão o teatro-fórum e o teatro-imagem, métodos mais difundidos do TO. Formando a copa da árvore, encontram-se o teatro-jornal, o teatro-invisível, o teatro-legislativo, o arco-íris do desejo e as ações diretas. Esse é o arsenal que forma o Teatro do Oprimido, ou seja, metodologias para transformar uma sociedade que se fundamenta na submissão do outro.

A plateia do TO não tem a característica tradicional do teatro, pois é sujeito ativo do processo cênico. Não existe a convencional divisão de atores e espectadores, porquanto todo ser humano é teatro, e o TO, com

sua prática, reafirma essa condição quando transgredir as estruturas cristalizadas dos modos de fazer teatro e coloca o espectador como spect-ator, aquele que, na ação cênica, está presente, como cidadão na sociedade. Como diz Boal (2000), “no presente estuda o passado e inventa o futuro” (p. 286).

O arco-íris do desejo é o nome para as técnicas usadas no método Boal de teatro e terapia que, segundo seu idealizador, “tentam ajudar e analisar as cores para recombiná-las noutras proporções, noutras formas, noutros quadros que se desejam” (Boal, 1996, p.29). É uma técnica que permite a teatralização de opressões introjetadas.

A opção pelo TO é política, pois, como refere Boal, todas as opções são políticas e derivam do compromisso com a transformação social. Ao construir um aporte teórico-prático, o autor não fechou as possibilidades de seu sistema, mas estabeleceu um ponto de partida para que outros profissionais/atores/facilitadores pudessem construir novas práticas.

Augusto Boal foi influenciado por Paulo Freire e o homenageou com o nome de seu arsenal, em referência à Pedagogia do Oprimido. O trabalho aqui apresentado, também foi buscar inspiração neste importante educador brasileiro, utilizando-se o recurso metodológico que Paulo Freire (1979) chamou de “palavras geradoras” (p.41). Trata-se da construção de um universo vocabular no qual as palavras, configuradas como instrumentos podem comportar características de ação/reflexão sendo um meio para o diálogo. Para Paulo Freire, é no pronunciar o mundo que ele se volta problematizado aos sujeitos, exigindo um novo pronunciar. O homem ganha significado pronunciando o mundo no diálogo e transformando-o. É um ato de criação e recriação (Freire, 1979, p.83).

As concepções da Análise Institucional de construção do campo da pesquisa/intervenção, em que sujeito e objeto se criam e são marcados pela historicidade e pelo devir, foram discutidas como terreno da pesquisa qualitativa em Psicologia. René Lourau (1993) aponta a perspectiva de construção de um novo campo de coerência teórica representado pela Análise Institucional, que tem como base a implicação. Rechaça a noção de neutralidade científica, indicando tratar-se de afirmação de um poder político, que faz da ciência seu instrumento. Ao colocar em relevo a historicidade dos objetos e dos sujeitos e sua mutabilidade como condição de existência, coloca para a pesquisa o desafio de se organizar para flagrar o processo a ser observado na prática investigativa, no momento de sua constituição. Compreendido como um conceito operatório, lançado no percurso da Análise Institucional, a implicação diz respeito à constatação da necessária análise do lugar que os socioanalistas ocupam ao recusar a objetividade científica. Como afirma Lourau (1976), “a implicação analisa-se finalmente em função do lugar que os socio-

analistas ocupam nas relações sociais em geral, e não apenas no âmbito de referência da intervenção” (p.33). Trata-se de um processo fundamental no estabelecimento dessa historicidade do pesquisador em sua relação com os objetos e demais sujeitos envolvidos.

Ao longo de sua obra, Lourau é cuidadoso com um dos conceitos mais importantes - o de instituição. Não se trata de algo observável, mas uma dinâmica, construída no tempo e na história, um conjunto de práticas sociais que atravessam os grupos, as organizações, os coletivos, os indivíduos. Não se encontra circunscrito em um lugar, mas circula na sociedade e se presentifica quando as condições históricas assim o permitem. Segundo Lourau, em reflexões propostas com Jacques Ardoino (2003), “a instituição se define, então, como um movimento pelo qual as forças sociais se materializam em formas sociais” (p. 25). A perspectiva da transversalidade é colocada por Lourau como uma busca pela comunicação máxima entre os diferentes níveis e sentidos fazendo circular essas forças.

Como exemplo desse processo se pode citar o caso da loucura, concebida como uma instituição produzida no limite dos comportamentos aceitos socialmente. Faz parte de um processo que institui um modo de existir das sociedades e define um saber científico, capaz de determinar normas, afirmar hierarquias e interditar corpos.

A força instituinte, a capacidade de contestação e de inovação, provoca o instituído, buscando tornar visível seu modo de funcionar na tentativa de decompô-lo. Lourau (1993) irá conceber o processo de institucionalização como “o devir, a história, o produto contraditório do instituinte e do instituído, em luta permanente com as forças da autodissolução” (p. 12). Nesse processo, o olhar se volta para as forças instituintes capazes de questionar o instituído, tornando visíveis os elementos que constituem o conjunto, identificando as forças que se fazem presentes e que se impõem violentamente para produzir imobilidade. Neste processo, identifica-se outro conceito operatório de Lourau, que denomina de analisador, isto é, “acontecimentos ou fenômenos reveladores e ao mesmo tempo catalisadores; produtos de uma situação que age sobre ela” (Altoé, 2004, p.132), ou, ainda, são acontecimentos que agem com muita força e podem fazer aparecer a instituição que se encontra invisível.

Lourau (1993) ressalta, no caminho da construção de estratégias de intervenção socioanalítica, a necessidade de se considerar o pesquisador, ao mesmo tempo, como técnico e praticante que se encontra implicado com a possibilidade de compreender “alguma coisa que é invisível e terrivelmente presente no grupo, como um espectro, isto é, a instituição” (p. 29).

A intervenção socioanalítica consiste em “analisar coletivamente uma situação coletiva” (Lourau, 1993, p. 30) ou, dito de outra forma, a “Análise Institucional tem

como objeto primeiro a elucidação das práticas sociais” (Lourau & Ardoino, 2003, p. 23). Para tanto, necessita de dispositivos ou de estratégias que façam os grupos falarem e tornem visíveis as instituições. Neste trabalho com os estudantes de Psicologia, utilizaram-se as técnicas de Augusto Boal e de Paulo Freire, no sentido de provocar a revelação do que estava escondido – os elementos que fazem da loucura uma instituição de manutenção da ordem social; o sentido da luta antimanicomial e os limites institucionais a serem transpostos no processo de desinstitucionalização da loucura, que faz ampliar a perspectiva da desospitalização; a potência das práticas de investigação/intervenção na constituição dos sujeitos.

18 de maio como espaço de investigação e formação

O módulo de Análise Institucional no curso de Teorias e Técnicas de Pesquisa em Psicologia I – TTP I foi ministrado em três aulas. As duas primeiras foram teóricas para aproximação com a história do movimento institucionalista e com o processo de construção dos conceitos-chave, utilizados como ferramentas de intervenção socioanalítica. A terceira aula teve como objetivo o manejo das ferramentas da Análise Institucional em uma situação de pesquisa/intervenção para vivência coletiva. A temática da (des)institucionalização da loucura se impôs pela própria data, 18 de maio, e através da realização de diversas atividades programadas pelo Centro Acadêmico de Psicologia, em alusão ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial. No pátio de convivência do Centro de Ciências Humanas, foi construída uma instalação como uma das intervenções do movimento estudantil. Era composta por uma mostra com elementos relativos à temática da loucura e sua representação na sociedade, além de banners com imagens de obras do Museu do Inconsciente e um pequeno histórico dos mesmos. A Instalação 18 de maio foi incorporada à pesquisa como um dos elementos disparadores ou de sensibilização para o tema.

Montagem da pesquisa

A pesquisa/intervenção, denominada *Reflexões sobre a relação entre sociedade e loucura*, foi desenvolvida em três etapas: (a) Constituição da equipe; (b) Atividade externa – sensibilização através de visita à Instalação 18 de maio; (c) e Atividade em sala de aula – expressão das percepções individuais e coletivização.

A equipe de pesquisa/intervenção encarregada da coordenação da atividade foi composta pela professora, duas monitoras e três estudantes que se apresentaram como voluntários entre os vinte inscritos na disciplina. Nesse momento, quando foram explicitados os procedimentos e as tarefas dessa equipe, a perspectiva da impli-

cação tomou corpo sendo tratada como elemento motor do engajamento de cada sujeito e da constituição da equipe.

Em seguida, como segunda etapa, procedeu-se à visita à Instalação 18 de maio, realizada em três subgrupos, cada um deles coordenado por uma dupla de facilitadores que representavam a equipe de coordenação da pesquisa. É importante reafirmar que a organização desse evento se inscreve em um processo de luta local dos estudantes em busca de uma formação contextualizada e problematizadora. A visita abriu novos campos de transversalização em nome das lutas políticas e sociais da psicologia e da educação.

Na terceira etapa, os três subgrupos debateram, em sala de aula, a experiência e a implicação com a temática da loucura promovida na etapa anterior. Depois, foi solicitado que cada sujeito enunciasse uma palavra, síntese subjetiva da experiência, aqui concebida como “palavra geradora” (Freire, 1979). O grupo coordenador da pesquisa reuniu todas as palavras que compunham esse universo vocabular em um painel em que expressavam o sentimento desse coletivo a respeito da Instalação 18 de maio. A partir de então, foi formado um único grupo para apresentar o painel com as palavras enunciadas buscando potencializar o lugar do investigador coletivo.

Para dinamização da vivência, foi empregada uma técnica inspirada nas propostas contidas no livro *Arco-íris do desejo* (Boal, 1996). Tal técnica consistiu na montagem de uma imagem que, inicialmente, não tinha movimento nem voz. Cinco estudantes voluntários foram convidados a atuar como atores e, utilizando as palavras do coletivo, idealizaram uma cena. Os demais participaram como espectadores. A cena apresentada sofreu a intervenção destes últimos e ia sendo modificada até que o grupo encontrasse aquela que considerava como cena final. Posteriormente, foi realizada uma discussão/análise da cena inicial, das mudanças e da cena final que representou a expressão desse coletivo frente ao tema proposto pela pesquisa/intervenção. Conforme previsto na técnica, os espectadores iniciaram o debate sobre a cena, expondo suas alterações e objetivos nas mudanças. Em seguida, os atores manifestaram seus sentimentos, emoções e compreensões sobre a construção dos seus personagens e da própria cena montada pelo coletivo.

A seguir, será apresentado o processo de desenvolvimento da aula/oficina do Módulo de Análise Institucional, focalizando a singularidade da reflexão desse grupo de estudantes sobre a relação entre a loucura e a sociedade e, em especial, o processo de intervenção/formação experienciado.

Desenvolvimento da pesquisa/intervenção

Preconceito, normal, interessante, isolamento, arte, olhar, o que é normal?, irresponsabilidade, pintura, fragmentação, loucura, sociedade, criatividade, talento,

sofrimento e potencialização. Com essas palavras, compreendidas como a expressão singular da experiência dos estudantes, o grupo demonstrou o impacto causado pela Instalação 18 de maio. Com base nessas palavras geradoras, os cinco atores produziram uma imagem disposta no formato de meia lua no centro da sala. Um deles sentou-se no chão, com o corpo encolhido e a cabeça colocada entre as pernas dobradas e seguradas pelos braços entrelaçados. Esse ator mantinha-se com os olhos fechados. Do lado esquerdo dele, três outros atores se apresentavam sentados no chão, lado a lado. Um deles cobria os olhos com as mãos, outro, a boca, e o outro, os ouvidos. O último ator estava de pé, do lado direito, com a cabeça voltada para aquele que permanecia encolhido no chão. Observando essa imagem, os espectadores, um a um, puderam promover intervenções, modificando os corpos dos atores como “massa de modelar”, para esculpir a cena coletiva.

No processo de construção dessa cena coletiva, as primeiras alterações promovidas foram modificando os três atores que estavam com as mãos cobrindo os sentidos. Eles foram aproximados uns dos outros, a cada intervenção, e colocados próximos do ator que iniciou a cena encolhido no chão e que permanecia sem modificações, a não ser quando, em uma das últimas alterações, sua cabeça foi levantada. Aquele que estava de pé foi aproximado dos demais, e algumas mudanças em sua posição foram realizadas, mantendo seu olhar voltado para o que permanecia encolhido.

A cena final, assumida como expressão do coletivo, mantinha os cinco atores sentados no chão, lado a lado, formando uma meia lua. Destaca-se que o ator que se apresentava com o corpo encolhido foi, aos poucos, protagonizando o personagem central, que sofrera uma única modificação, quando sua cabeça foi retirada de entre as pernas e voltada para cima, com seus olhos permanecendo serrados. Os demais ficaram com os braços nos ombros uns dos outros, voltados com o corpo e o olhar para o ator central. O ator que estava do seu lado direito foi colocado com o braço no ombro deste último. A partir dessa montagem, foi indicado que a cena ganhasse movimento e voz, de acordo com o desejo de cada ator, para dar vida ao seu personagem. Todos os atores permaneceram sentados, sendo que quatro se manifestaram com discursos acerca da responsabilidade social em relação à loucura, argumentando que as pessoas eram necessitadas de cuidados e de atenção, voltando seu corpo para o ator que permanecia encolhido. Esse sujeito, que foi denominado de louco, não deu movimento ou voz ao seu personagem, que continuou na posição inicial. Os demais permaneceram dialogando a respeito da necessidade de se fazer algo diante da manifestação da loucura. A cena foi desfeita para o início da etapa de análise/coletivização.

*“A loucura é a pior forma de escravidão humana”
(Nise da Silveira)*

No espaço cênico, o louco. Agachado, imóvel, olhos serrados. A sociedade se dividia em não perceber, ignorar, tolerar e discriminar. Era o oprimido em cena. A possibilidade de transformar a realidade levou a uma sutil aproximação. Timidamente as pessoas foram se movimentando, juntando-se umas às outras. O louco permanecia em seu lugar e sofria. Compadecidos foram juntar-se a ele. Um braço no ombro, sentar ao lado, mas não se mova! Até que levanta levemente a cabeça, mas não pode ver. Temos o dever de ajudar! É preciso cuidar! Temos a responsabilidade! Com os ouvidos cansados permanecia calado como um objeto. A sociedade que não queria ver, comunicar-se, ou ouvir a loucura vai aos poucos se aproximando e se fortalecendo para depois chegar ao lado do louco. Movimentos em vão, pois este permanece imóvel como se a fala dirigida a ele não o afetasse.

“Os loucos são as vítimas individuais por excelência da ditadura social” (Antonin Artaud)

O louco no meio da roda, sem movimento. Que forças contiveram a loucura? O ator louco imóvel, não enxerga porque seus olhos não são para ver. Ele sente a força aprisionante, mas não se rebela. Imóvel, seus desejos não aparecem na cena. Não tem lugar nem forma de se expressar. Somente a sociedade se dirige a ele. Intenções de contenção! Os braços o envolvem, as mãos o tocam, mas os ouvidos não lhe escutam. “Sentir tudo que se toca, ... escutar tudo o que se ouve, ... olhar tudo que se vê” (Boal, 1998, pp. 89-172) é o desejo calado. O louco inerte, sufocado, paralisado se incomoda e denuncia – um leve movimento de cabeça foi só o que me permitiram. Intenções sem nenhuma força de mudança.

Rupturas na formação e na prática profissional

As colocações do aluno/ator que, centralizando a cena, protagonizou o louco foram fundamentais para a análise das ações que podem compor e dar sentido à luta contra o encarceramento da loucura. As discussões levantaram questões sobre como a sociedade trata a loucura e como os estudantes que estão envolvidos no processo de formação em Psicologia são atravessados por forças instituídas que promovem a loucura e legitimam formas desumanas de tratamento.

Conhecer e discriminar o discurso instituído são passos fundamentais para instrumentalizar a crítica e formular novas concepções e modos de atenção à saúde. Neste movimento de problematização do processo de institucionalização os estudantes puderam experimentar o procedimento proposto pela Análise Institucional. Tal

procedimento parte da análise das implicações com as forças instituintes e promove a abertura dos índices de transversalidade impondo novos limites na formação que deverão incidir sobre outros espaços de aprendizado e estudo. Como afirma Amarante (2008),

na formação dos profissionais de saúde mental seria fundamental conhecer a produção teórica, os estudos e pesquisas, sobre as instituições totais (Goffman, 1992) sua natureza, suas características, seus mecanismos e dispositivos de dominação, assujeitamento, controle e disciplina, para entender como são produzidos os processos de mortificação do eu e a anulação de determinadas formas de subjetividades. (p. 74)

Por meio desta intervenção, podemos concluir que, no processo de institucionalização da loucura, várias práticas sociais concorrem para que o lugar que ela ocupa na contemporaneidade se afirme. O que se percebe são possibilidades de mantê-la como foco de preocupação da sociedade, ao mesmo tempo em que se constituem práticas eficazes na contenção da loucura nela mesma, confinada em uma razão própria, a desrazão, algo que escapa e ganha um território que garanta sua permanência. Os limites da desinstitucionalização da loucura foram vivenciados com força quando, apesar de todos os esforços em aproximar-se do louco, colocado como centro da cena, ele se manteve imóvel, justificando sua imobilidade pela ausência de si, pelo fato de a sociedade não poder ouvi-lo a partir dele mesmo. Na cena, o grupo seguiu o caminho da aproximação com o louco e da quebra dos muros dos hospitais psiquiátricos sem que, no entanto, a lógica da produção da loucura fosse afetada.

No dizer dos pesquisadores da Reforma Psiquiátrica, como Paulo Amarante (2008) e Regina Benevides de Barros et al. (2001), a desinstitucionalização aponta para a problematização da loucura, uma vez que vai além da recusa à internação e propõe a desconstrução e a invenção de novos serviços que coloquem em questão as práticas e os saberes que instituem a doença mental como um lugar de diferença na sociedade. Aponta, ainda, para a possibilidade de se viverem ações políticas e sociais de transformação das estruturas cristalizadas, onde aquele que é visto como louco pode ser mais, intensificando sua singularidade. Trata-se, portanto, de ultrapassar as estruturas de saber-poder e viver o mundo na sua mutabilidade.

Movimentos como a Luta Antimanicomial engendram forças no sentido de novas ações que se multiplicam através de atores sociais diversos. Nesse sentido, as propostas dos estudantes e profissionais da psicologia por meio de eventos como a Instalação 18 de maio e o fomento de espaços de reflexão e debate juntam-se, possibilitando novos agenciamentos sociais e constroem o cotidiano, produzindo outros lugares e subjetividades comprometidas com as transformações sociais.

Na aula/oficina, os conceitos-chave da Análise Institucional foram sendo utilizados na compreensão das cenas e se presentificaram na discussão. A sensibilização promovida pela Instalação 18 de maio permitiu que a luta antimanicomial e o significado da loucura na sociedade transversalizassem o trabalho, transformando-se em objeto de busca daquele grupo de alunos que, por força da metodologia utilizada, se constituiu fora da verticalidade da hierarquia e da horizontalidade. O conceito de analisador esteve presente na leitura da cena, quando foi possível tornar visível a existência de forças que impedem a fala/ação do louco. O instituído que emudece o louco foi sinalizado, mas a cena não apresentou força suficiente para que fosse possível potencializar as forças instituintes. Essa impossibilidade não se encerra nesse grupo, mas é fruto dos impedimentos sociais que se situam para além dos limites da crítica à hospitalização. Novamente, o conceito de transversalidade se fez operatório. O debate instaurado em torno da temática da loucura se volta para servir à reflexão dos modos de ser profissional psi. A formação desse profissional, atravessada por diversas forças que necessitam ser colocadas em análise, deve estar comprometida com a desmobilização de práticas neutralistas que a todo custo se pretendem hegemônicas.

O trabalho de investigação/intervenção foi, assim, sistematizado sendo revistos os conceitos e as ferramentas da Análise Institucional utilizados no processo de construção da pesquisa/intervenção. Esse processo contribuiu para que os estudantes vivenciassem o manejo de técnicas em pesquisa qualitativa, avançassem o debate sobre a produção da loucura através da contextualização na Luta Antimanicomial e, visualizassem alguns elementos que transversalizam sua formação profissional. Conferiu, ainda, à aula/oficina desenvolvida, um caráter articulador na construção do lugar de um sujeito contextualizado e historicamente marcado pelo conhecimento que produz.

Referências

- Altoé, S. (2004). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec.
- Alvarenga, A. R. & Dimenstein, M. (2006). A reforma psiquiátrica e os desafios na desinstitucionalização da loucura. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.*, 10(20), 299-316.
- Amarante, P. (2008). Formação e construção de novas instituições em saúde mental. In P. Amarante & L. B. Cruz (Orgs.), *Saúde mental, formação e crítica* (pp. 65-79). Rio de Janeiro: Laps.
- Barros, R. B., Josephson, S. C., Catalán, L., Mascarenhas, W., Santos, A., & Oliveira, F. A. (2001). Desinstitucionalização da loucura, os estabelecimentos de cuidado e as práticas grupais. In A. M. Jacó-Vilela, H. C. Rodrigues, & A. C. Cerezo (Orgs.), *Clio-Psyché Hoje – fazeres e dizeres “psi” na história do Brasil* (pp. 65-70). Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ.

- Boal, A. (1996). *O Arco-Íris do desejo: O método Boal de Teatro Terapia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Boal, A. (1998). *Jogos para atores e não atores* (Ed. rev. ampl.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Boal, A. (2000). *Hamlet e o filho do padeiro. Memórias Imaginadas*. Rio de Janeiro: Record.
- Delgado, P. G., Schechtman, A., Hoffmann, C., Weber, R., Porto, K., & Lobo, C. (2001). O Ministério da Saúde e a Saúde Mental no Brasil: panorama da última década. In Brasil/Ministério da Saúde, *Caderno de textos de apoio da III Conferência Nacional de Saúde Mental: cuidar sim, excluir não* (pp.12-19). Brasília: Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde.
- Engel, M. G. (2001). *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios. Rio de Janeiro 1830-1930*. Rio de Janeiro: Fio Cruz.
- Freire, P. (1979). *Conscientização teoria e prática da libertação uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Gallo, S. (2008). Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar. In N. Alves & R. L. Garcia (Org.), *O sentido da escola* (pp. 15-35). Petrópolis, RJ: DP et Alii.
- Lourau, R. (1976). *Sociólogo em tempo inteiro*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Lourau, R. (1993). *Análise Institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora UERJ.
- Lourau, R. & Ardoino, J. (2003). *As pedagogias institucionais*. São Carlos, SP: Rima.
- Lüchmann, L. & Rodrigues, J. (2007). O movimento Antimanicomial no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, 12(2). Acesso em 25 de abril, 2007, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000200016&lng=pt&nrm=iso
- Patto, M. H. S. (2005). *Exercícios de Indignação- escritos de Educação e Psicologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Recebido em: 19/07/2010

Revisão em: 03/12/2010

Aceite final em: 08/01/2011

Angela Maria Dias Fernandes é Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. Pós-doutora pelo Programa de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Endereço: Universidade Federal da Paraíba. CCHLA/Departamento de Psicologia. Cidade Universitária. João Pessoa/PB, Brasil. CEP 58051-900. Email: angeladfernandes@yahoo.com.br

Emanuella Cajado Joca é Psicóloga, graduada pela Universidade Federal da Paraíba. Email: emanuellapsi@yahoo.com.br

Como citar:

Fernandes, A. M. D. & Joca, E. C. (2011). O 18 de Maio como espaço de investigação e formação. *Psicologia & Sociedade*, 23(n. spe.), 170-176.